

CONSIDERAÇÕES ACERCA DO TEMA: "A EVOLUÇÃO HISTÓRICA DO PENSAMENTO GEOGRÁFICO"\*

VÂNIA RUBIA FARIAS VLACH\*\*

É evidente que no espaço de uma aula, de tempo bastante limitado, não poderíamos dar conta, ainda que o desejássemos, da evolução histórica do pensamento geográfico. De outro lado, é mais importante, a nosso ver, iniciar uma reflexão sobre o tema, sem o que podemos incorrer no equívoco de uma abordagem meramente linear, cronológica.

O risco deste equívoco é mais sério do que parece à primeira vista. Se consultarmos a literatura geográfica mais recente, que se pretende crítica e que assim se auto-denomina, vamos constatar que sob o verniz da modernidade marxista, ela aborda exatamente os mesmos temas, os mesmos autores geógrafos, os mesmos conteúdos da Geografia Tradicional.

Ora, como e por que isso acontece?

Entendemos que a partir desta constatação objetiva, podemos iniciar uma reflexão sobre o tema em um âmbito mais vasto, que é o da questão epistemológica. E, assim, explicar porque isso continua acontecendo.

---

\* *Texto-aula sobre tema pré-definido, elaborado para concurso público na área de Geografia Humana (a autora desistiu do mesmo), no 1º semestre de 1985.*

\*\**Professora de Geografia da Universidade Federal de Uberlândia - MG.*

A nossa referência de base é a questão epistemológica na medida em que, ao ler e analisar os geógrafos hodiernos, constatamos que ainda se procura um objeto para a Geografia, ou o objeto da Geografia. Em outras palavras, um número apreciável de geógrafos considera que a falta de um objeto específico é o que explica a situação indefinida da Geografia como ciência. No fundo, e alguns autores o explicitam, a questão que a Geografia enfrenta e, no seu entender, deveria resolver logo, diz respeito ao que, efetivamente, poderia torná-la uma ciência.

Porém, a procura de uma definição do objeto de uma ciência, qualquer que seja, já se insere em um **a priori**: a separação entre o sujeito e o objeto do conhecimento.

A separação entre o sujeito e o objeto do conhecimento consiste na essência da questão epistemológica. No caso da Geografia, esta questão nos parece de uma importância fundamental no sentido de que, tradicionalmente, se coloca **a priori** o espaço (ou a natureza) como seu objeto de estudo.

Na medida em que vamos privilegiar a relação sujeito-objeto, a abordagem que faremos também vai ressaltar, para começar a discussão, um determinado momento: o momento em que, segundo consenso geral, a Geografia aparece individualizada como disciplina científica.

Este momento corresponde ao século XIX, marcado pelos trabalhos de Humboldt, Ritter e Ratzel. Mas, embora reconhecendo a importância destes autores, parece-nos que a chamada moderna Geografia que inauguraram, não pode ser compreendida cabalmente se não avaliarmos o papel social que desempenhou na época, isto é, se não tentamos elucidar o significado da Geografia para aquela sociedade.

No início do século XIX (no caso da França, devemos assinalar o final do século XVIII), uma sociedade particular se constituía na Europa e, através de sucessivas lutas, acabou por se consolidar ao longo de todo este período: a sociedade capitalista industrial.

Na realidade, a burguesia vinha articulando um projeto de conquista do mundo desde o século XVIII, quando a ciência, pela primeira vez na História, foi instrumentalizada, isto é, tornou-se instrumento de poder desta classe social.

Historicamente, ciência e poder sempre caminharam juntos. Mas, a partir de uma vertente racionalista (Descartes), e de uma vertente empirista (Bacon), que confluíram no iluminismo do século XVIII, nós podemos afirmar que a ciência ganhou uma configuração que a singulariza até os dias de hoje.

A nova configuração consiste no seguinte: a ciência que começou a desenvolver-se no século XVII, e da qual somos tributários, passou a investigar a natureza com um objetivo muito determinado: conhecer para dominar. A natureza começou a ser conhecida em primeiro lugar porque o seu desconhecimento, que era o desconhecimento da própria realidade de que o homem fazia parte, havia criado uma mitificação a seu respeito. Nesse sentido, podemos dizer que a primeira preocupação do iluminismo foi a de tornar o mundo independente da magia, da superstição. Daí a necessidade imperiosa de conhecer a natureza, pois, conhecendo-a - via ciência - seria possível dominá-la. Também pela primeira vez na História, a natureza foi instrumentalizada.

O homem, porém, integra(va) a natureza. E, no fundo, ao investigar a natureza, os iluministas buscavam encontrar a maneira de, através da sua dominação, dominarem os homens. A dominação dos homens, portanto, era o principal objetivo da ciência, erigida como o **novo deus** da sociedade capitalista que se firmava, porque era através da ciência (claro que não desvinculada de um contexto político e econômico) que a burguesia atingia toda a sociedade, envolvendo-a de acordo com os seus interesses.

Este processo através do qual a burguesia atingiu toda a sociedade, culminou no século XIX (fim do século XVIII na França), com a formação/consolidação do Estado-nação<sup>1</sup>.

Ora, a Geografia que então se individualizava com os trabalhos de Humboldt, Ritter e Ratzel, participou de uma maneira muito específica deste processo: conseguiu obter um lugar reservado na mais importante "arma" do Estado-nação de então, a escola.

É extremamente curioso constatar que essa moderna Geografia, erigida em cátedra nas universidades, teve origem na Geografia ensinada nas escolas elementares. Em outras palavras, a Geografia universitária do século XIX, que se constituiu como ciência (ou que assim se via), tornou-se possível em parte por

sua presença, aliás muito significativa, no currículo das escolas primária e secundária.

Isso porque lhe coube um lugar na rede de escolas criada pelo Estado-nação: descrever a natureza, ou descrever o espaço da pátria, para implementação da ideologia do nacionalismo patriótico. Porém, a escola é também o ensino da Geografia não se limitaram a reproduzi-la (nem se limitam).

Embora na aula de hoje não aprofundemos esta discussão, queremos deixar claro que, pelo menos em parte, sua escamoteação se explica pelo fato de que não só o ensino e a ciência, mas também a ciência e a política, estão separados na nossa sociedade. Esta separação remete à questão epistemológica.

Portanto, o aparecimento da chamada moderna Geografia teve um significado muito preciso: o de força produtiva de uma sociedade que instrumentalizou a razão. Isto vale para as demais ciências, pois é no sentido de instrumentalização da razão que a ciência, desde o iluminismo, se singulariza em nossa sociedade.

É claro que não se pode constatar este significado, nem a sua importância para o desenrolar da própria Geografia em uma abordagem linear, preocupada tão somente com a evolução (passado, presente, futuro). O comumente invocado "didatismo" pedagógico não pode ser usado como pretexto para justificar esta abordagem redutora do pensamento geográfico, que o vê de maneira homogênea em cada tempo, exatamente porque a negação das profundas e complexas diferenças de método, de conteúdo, de compreensão da realidade, não só é menos difícil, como impede o afloramento das contradições que poderiam levar a um questionamento do social instituído.

Simultaneamente, a moderna Geografia apresentou-nos, logo de saída, a seguinte peculiaridade: defesa do princípio de "neutralidade" do mundo universitário, que ficou claro quando Wilhelm von Humboldt organizou a Universidade de Berlim nos primeiros anos do século XIX.

Esta "neutralidade" se explica politicamente. A Universidade de Berlim tinha o objetivo de "promover a unidade nacional, harmonizando sua consciência científica, política, religiosa, ----- militar"<sup>2</sup>.

Ora, os trabalhos de Humboldt, colocados como fundantes

da Geografia, estavam empregnados de "neutralidade" científica. É só lembrar de suas preocupações com a harmonia da natureza, na qual ele incluía o homem como um simples elemento (a mais). Dessa maneira seria possível perseguir a harmonia em uma sociedade que enfrentava profundas divisões políticas e religiosas internas, e que já ensaiava um projeto político de constituição do Estado-nação alemão (é interessante observar que este projeto se fazia via escola). Daí o objetivo explícito da Universidade de Berlim de promover a unidade nacional.

Aqui nos interessa enfatizar que a produção intelectual de Humboldt estava diretamente relacionada com os interesses políticos que predominavam na sociedade alemã do seu tempo.

A sociedade alemã, por sua vez, inseria-se no contexto mais amplo da expansão do capitalismo, ou seja, de maneira bastante simplificada, interessava à burguesia esconder as diferenças, que são a razão de ser da sociedade por ela engendrada.

É nesse sentido que entendemos a separação entre sujeito e objeto do conhecimento: o sujeito esconde as diferenças sociais. E faz isto por que ele abstrai a si próprio, ao se colocar como pesquisador, como se não pertencesse a uma classe ou como se não tivesse interesses sociais. Daí voltar-se sobre um objeto de análise. Abstraindo-se como ser pertencente a uma classe social, acaba perdendo a sua condição de sujeito do conhecimento, tornando-se um objeto.

No fundo, a separação entre sujeito e objeto acaba por reduzir o sujeito à condição de objeto. Entendemos que este é um traço marcante da moderna Geografia, presente inclusive em muitas obras que hoje se pretendem (de) Geografia crítica.

Em Humboldt, o homem é apenas um elemento da natureza, o que deixa muito claro a nível de redução do sujeito, pois é como se não fosse um sujeito que investiga e, aliás, investiga outro sujeito, porque na sua obra o homem não foi esquecido de todo, isto é, ele aparece enquanto vida orgânica.

A nossa reflexão pode caminhar nesse sentido apenas na medida em que valorizamos o significado da Geografia na sociedade em que ela emergiu. E, por conseguinte, consideramos que ela, como as demais ciências, não pode(m) ser neutra(s), mesmo porque ela(s) fez(fizeram) parte da construção da realidade daque-

la sociedade. Em outras palavras, a Geografia que surgiu com a preocupação de descrever e explicar o mundo também passava a se colocar como força produtiva, o que nos permite acrescentar que "não há uma pergunta que resida em nós e uma resposta que esteja nas coisas"<sup>3</sup>. Nesse sentido, é de caráter político a separação entre o sujeito e o objeto do conhecimento.

Parece-nos que com Ratzel, a separação entre sujeito e objeto ganha outra configuração porque, embora tenha reconhecido a individualidade da sociedade humana, referia-se a ela em termos extremamente universais, abstratos, o que ia de encontro a um Estado-nação já consolidado e que estava para se expandir por terras da África. O privilegiamento do homem abstrato nas suas obras é indício claro de redução do sujeito à condição do objeto.

Agora podemos começar a encerrar nossa exploração de hoje.

Se não privilegiarmos a reflexão sobre o pensamento geográfico, ou a Geografia, tendemos a fazer dela uma análise linear, como se a passagem de uma fase predominantemente descritiva para uma fase preocupada com a organização do espaço, por exemplo, resultasse de um progresso dos geógrafos, de suas pesquisas e trabalhos.

Esta perspectiva não só não é neutra, como ao nível do conhecimento propriamente dito, esquece que a sociedade humana é, no caso da Geografia e demais ciências humanas, sujeito e objeto (ao mesmo tempo) do conhecimento científico (e do pensamento). Estes sujeito e objeto, por sua vez, têm existência em um determinado contexto político, econômico, social.

Porque se deixou de lado o contexto mais amplo, quase que passou totalmente despercebido que a Geografia da organização do espaço, tida como vanguarda até há pouco tempo, também se inseriu, sob o ponto de vista da epistemologia, no positivismo que, herdeiro do iluminismo, "é tecnocracia filosófica"<sup>4</sup>, que pensa em salvar a humanidade submetendo-a à razão científica, pois identificou a ciência à verdade de uma tal forma que a razão, a racionalidade do planejamento, transformou-se em dominação. E a Geografia da organização do espaço acabou por planejar o uso de diferentes territórios (ou espaços) a serviço do capital, isto é, por impor a administração racional das contradições sociais,

invocando ou não o pretexto de desenvolver regiões "atrasadas".

Exatamente porque se prefere passar por cima da extrema complexidade da reflexão epistemológica, acaba-se privilegiando os aparentes progressos da Geografia (ou da ciência), sem que se consiga perceber que o pensamento geográfico se relaciona com a realidade. É bom frisar que a própria ideologia se relaciona com o real; mas fica na aparência deste real. Sem vinculação com o real, ela não se sustentaria.

Muito mais grave do que isso, entretanto, é considerar suficiente para o trabalho da reflexão, isto é, para o trabalho do pensar (que se diferencia do conhecer), uma mudança do método. E o que se tem visto é isto: a tintura da modernidade acadêmica - o marxismo - é apontada como a solução das questões da Geografia, como se o próprio marxismo e a dialética hegel-marxista não estivessem em crise. É por isso que continuam sendo abordados os mesmos temas, os mesmos conteúdos. Ou seja, como não se percebe a existência de uma relação entre sujeito e objeto, entre ciência e política, entre ensino e ciência, entre idéia e fato, entre fato e valor, também não se constata a relação entre método e conteúdo.

É necessário destacar que, se se busca efetivamente considerar a relação que existe entre estes pares, também é preciso observar que um é diferente do outro; por conseguinte, é preciso manter a especificidade de cada um e considerar a relação entre ambos.

Prolongando-se este trabalho de reflexão nas próximas aulas, poderemos começar a compreender porque o espaço geográfico (ou social), que a sociedade produz, é produzido na transformação da natureza (hoje segunda natureza) e na maneira como o sujeito e o objeto se relacionam entre si, considerando que a sociedade é sujeito e objeto do conhecimento.

#### Notas

<sup>1</sup>Cf. HOBSBAWN, E.J. A Construção das nações. In: *A era do capitalismo*. 1848-1875, p.101-116.

<sup>2</sup>R. ROMANO. Democracia e Universidade. Interpretação e Mundo na Tese XI contra Feuerbach - Considerações para a crítica da "prática-prática". *Cadernos de Debate*, (8), p.62.

<sup>3</sup>M. MERLEAU-PONTY. *Elogio da Filosofia*, p.22.

<sup>4</sup>M. HORKHEIMER. *Eclipse da Razão*, p.69.

#### Bibliografia

- ADORNO, T.W. Introdução à controvérsia sobre o positivismo na Sociologia alemã. In BENJAMIN, W. et alii. *Textos Escolhidos*. São Paulo, Abril Cultural, Coleção Os Pensadores, 1975, p.215-263.
- BRABANT, J.-M. Crise de la géographie, crise de l'école. *Revue Hérodote*, Paris, François Maspero, 1976, nº 2, p. 94-102.
- CHAUI, M. *O que é ideologia*. São Paulo, Ed. Brasiliense, 1981.
- FAUSTO, R. *Marx Lógica & Política*. São Paulo, Ed. Brasiliense, 1983.
- GEORGE, P. Problemas, Doutrina e Método. In *A Geografia Ativa*. São Paulo, Difusão Européia do Livro, 1968, p. 9-40.
- HOBSBAWN, E. *A era do capital. 1848-1875*. Rio de Janeiro, Ed. Paz e Terra, 1982.
- . *A era das revoluções. Europa 1789-1848*. Rio de Janeiro. Ed. Paz e Terra, 1981.
- HORKHEIMER, M. *Eclipse da Razão*. Rio de Janeiro, Editorial Labor do Brasil, 1976.
- HORKHEIMER, M. & ADORNO, T.W. *Dialéctica del iluminismo*. Buenos Aires, Editorial SUR S.A., 1970.
- LACOSTE, Y. *A Geografia serve, antes de mais nada, para fazer a guerra*. Lisboa, Iniciativas Editoriais, 1977.
- . Brader la géographie ... brader l'idée nationale? *Revue Hérodote*, Paris, François Maspero, 1976, nº 4, p. 9-66.
- . A Geografia. In CHATELET, F. (org.). *A Filosofia das Ciências Sociais*. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1974.
- MERLEAU-PONTY, M. *Elogio da Filosofia*. Lisboa, Guimarães, 1979.
- QUAINI, M. *A construção da Geografia Humana*. Rio de Janeiro, Ed. Paz e Terra, 1983.



\_\_\_\_\_. **Marxismo e Geografia**. Rio de Janeiro, Ed. Paz e Terra, 1979.

ROMANO, R. Democracia e Universidade. Interpretação e Mundo na XI Tese contra Feuerbach - Considerações para a crítica da "prática-prática". **Cadernos de Debate**, São Paulo, Ed. Brasiliense, 1980, nº 8, p. 57-75.

SANTOS, M. **Por uma Geografia nova**. São Paulo, Ed. Hucitec/EDUSP, 1978.